



DEFICIÊNCIA E DIFICULDADES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

DISABILITY AND DIFFICULTIES IN THE LEARNING PROCESS: A NECESSARY ANALYSIS

DISCAPACIDAD Y DIFICULTADES EN EL PROCESO DE APRENDIZAJE: UN ANÁLISIS
NECESARIO

Anália Vieira Silva Pereira¹

 <https://doi.org/10.57108/iesj.2026.6-2.13>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise teórica sobre a relação existente entre as noções de deficiência e dificuldades de aprendizagem. O tema se insere no campo da Educação Especial, o qual se considera os debates atuais sobre a diversidade no contexto educacional e as diferentes formas de compreender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no processo de aprendizagem. Propõe-se, de forma crítica, uma nova perspectiva sobre essa condição relacional. A análise realizada indica que, apesar de tradicionalmente se considerar as dificuldades de aprendizagem como um tipo de deficiência, é possível que a relação entre ambos os conceitos seja inversa. Torna-se necessária uma evolução das concepções que até agora vêm sendo utilizadas sobre as pessoas com necessidades especiais no contexto escolar, assim como sobre o papel do atendimento educacional especializado (AEE) para o pleno desenvolvimento desses indivíduos. Como procedimento metodológico, adotou-se a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de autores que discutem a temática. Conclui-se que é necessário repensar os conceitos tradicionais no sentido de buscar uma compreensão mais adequada das dificuldades de aprendizagem no contexto educativo brasileiro.

Palavras-chave: dificuldades de aprendizagem; deficiência; educação especial; diversidade.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: analaviierasilvapereira123@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to present a theoretical analysis of the relationship between the concepts of disability and learning difficulties. The topic is situated within the field of Special Education, considering current debates on diversity in the educational context and the different ways of understanding the difficulties faced by students in the learning process. It proposes, from a critical perspective, a new approach to this relational condition. The analysis indicates that, although learning difficulties are traditionally considered a type of disability, it is possible that the relationship between these two concepts is actually inverse. There is a need to rethink the conceptions that have been used so far regarding individuals with special needs in the school context, as well as the role of Specialized Educational Support (SES) in promoting their full development. As a methodological procedure, a bibliographic research with a qualitative approach was adopted, based on the analysis of authors who discuss the theme. It is concluded that it is necessary to rethink traditional concepts in order to seek a more appropriate understanding of learning difficulties in the Brazilian educational context.

Keywords: learning difficulties; disability; special education; diversity.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo presentar un análisis teórico sobre la relación existente entre las nociones de discapacidad y dificultades de aprendizaje. El tema se inserta en el campo de la Educación Especial, en el cual se consideran los debates actuales sobre la diversidad en el contexto educativo y las diferentes formas de comprender las dificultades que enfrentan los estudiantes en el proceso de aprendizaje. Se propone, de forma crítica, una nueva perspectiva sobre esta condición relacional. El análisis realizado indica que, aunque tradicionalmente se consideran las dificultades de aprendizaje como un tipo de discapacidad, es posible que la relación entre ambos conceptos sea inversa. Se hace necesaria una evolución de las concepciones que hasta ahora se han utilizado sobre las personas con necesidades especiales en el contexto escolar, así como sobre el papel de la atención educativa especializada (AEE) para el pleno desarrollo de estos individuos. Como procedimiento metodológico, se adoptó la investigación bibliográfica, con un enfoque cualitativo, basada en el análisis de autores que discuten la temática. Se concluye que es necesario repensar los conceptos tradicionales con el fin de buscar una comprensión más adecuada de las dificultades de aprendizaje en el contexto educativo brasileño.

Palabras clave: dificultades de aprendizaje; discapacidad; educación especial; diversidad.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial tem sido um campo fértil para a proliferação de rótulos que têm

servido para diferenciar os seres humanos entre si. Desde o seu surgimento, tem sido um espaço de legitimação de construções segregadoras e discriminatórias para grupos que, por serem “diferentes” de uma “maioria” estatística, devem possuir um rótulo que os marque como um grupo distinto. Muitas foram as denominações criadas em contextos médicos e psicológicos que contribuíram para formar uma Educação Especial com características segregadoras e discriminatórias. Os termos que vêm sendo atribuídos às pessoas “diferentes” carecem de neutralidade, estabelecendo marcas ou rótulos altamente significativos e sempre com conotações negativas.

Em geral, esses termos têm gerado grandes controvérsias entre aqueles que defendem uma postura com orientações médicas, de caráter segregador e reabilitador da Educação Especial, e aqueles que sustentam uma posição sociocultural para a compreensão da diversidade humana. Entre os conceitos que mais têm gerado discussão estão deficiência e dificuldades de aprendizagem. Em especial, a relação entre eles tem sido um dos aspectos da Educação Especial moderna que ainda precisa ser esclarecido.

Considerando estes fatores, surge a seguinte problemática: qual é a real relação entre deficiência e dificuldades de aprendizagem, e até que ponto essas categorias podem ser compreendidas como equivalentes ou distintas no contexto educacional?

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre os conceitos de deficiência e dificuldades de aprendizagem, buscando compreender suas aproximações e diferenças no campo da Educação Especial. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) discutir o conceito de deficiência a partir de diferentes perspectivas teóricas; (b) analisar criticamente o uso do termo dificuldades de aprendizagem; e (c) refletir sobre a relação entre esses dois conceitos no contexto educacional.

A justificativa deste estudo se fundamenta na necessidade de compreender de forma mais clara e adequada as categorias utilizadas na Educação Especial, e com isso evitar

interpretações equivocadas que possam reforçar práticas excludentes no ambiente escolar. Além disso, a discussão se torna relevante diante das demandas atuais por uma educação mais inclusiva, especialmente no contexto brasileiro.

Nesse sentido, neste artigo serão apresentadas algumas ideias sobre a relação considerada existente entre esses dois termos. Para isso, inicialmente será analisada a condição de restrição do que se entende por deficiência e, posteriormente, a partir da crítica ao uso do rótulo dificuldades de aprendizagem (DA), será discutida a inadequação desse termo e proposta uma nova visão da relação entre esses dois conceitos teóricos.

2 METODOLOGIA

Este artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter exploratório. A opção por esse tipo de pesquisa se justifica pela própria natureza do problema investigado, uma vez que compreender a relação entre deficiência e dificuldades de aprendizagem exige, antes de qualquer coisa, um aprofundamento teórico a respeito de como esses conceitos vêm sendo construídos e discutidos pela literatura especializada ao longo do tempo.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2019), tem como principal vantagem permitir ao pesquisador o contato com um conjunto de fenômenos muito mais amplo do que aquele que poderia investigar diretamente, já que se baseia em contribuições já publicadas por diferentes autores sobre determinado assunto. Foi justamente esse caráter abrangente que motivou a escolha desse caminho para o desenvolvimento do presente estudo, considerando a complexidade e a multiplicidade de perspectivas que envolvem o tema da deficiência e das dificuldades de aprendizagem.

Para a realização deste trabalho, foram consultados livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados majoritariamente entre os anos de 2015 e 2024, período que reúne discussões atualizadas sobre a Educação Especial e sobre os movimentos de revisão

conceitual pelos quais essa área tem passado nos últimos anos. A busca por esses materiais privilegiou autores reconhecidos no campo da Educação Especial e da Psicologia da Educação, cujas obras discutem, direta ou indiretamente, os conceitos de deficiência, dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais.

Depois de reunido o material, partiu-se para uma leitura mais cuidadosa dos textos selecionados, com o objetivo de identificar aproximações, contradições e lacunas entre as diferentes formas de compreender os dois conceitos centrais deste estudo. Esse processo de leitura e releitura foi o que permitiu construir, aos poucos, a análise crítica apresentada nos capítulos seguintes, sempre relacionando os diferentes autores entre si, em vez de simplesmente apresentá-los de forma isolada.

Vale destacar que, por se tratar de uma pesquisa essencialmente teórica, este estudo não teve a pretensão de esgotar o tema. A intenção foi oferecer uma contribuição para o debate que já vem sendo construído por diversos pesquisadores da Educação Especial, sobretudo no que diz respeito à revisão da forma como a deficiência e as dificuldades de aprendizagem têm sido tradicionalmente relacionadas.

3 DEFICIÊNCIA: UM TERMO RESTRITO

A visão atual sobre a deficiência tende a se inclinar para uma abordagem que a reconhece como parte de: (a) a condição humana e (b) uma situação relacional-social. No que se refere ao primeiro aspecto, Galvão *et al* (2016, p. 23) afirmam: “[...] a partir de sua vertente fenomenológica, a deficiência é um fato presente e inerente à pessoa humana”, sendo, portanto, parte da “diversidade” que a caracteriza. Santos (2020, p. 34) refere, a esse respeito:

Parecem existir acordos sociais quanto ao fato de que a diferença nos constitui como sujeitos. Os discursos sobre a diversidade e sua riqueza, de que todos somos diferentes, de que cada sujeito é único, ocupam um lugar central no que é considerado ‘politicamente correto’ e se estabelecem com força de verdade (Santos, 2020, p. 34).

Com relação ao segundo aspecto da deficiência, entende-se atualmente que ela é resultado de uma relação social, uma vez que uma limitação funcional humana, em qualquer área, para ser considerada deficiência, precisa ser reconhecida como tal pela sociedade. Sassaki (2020) afirma que para que uma sociedade classifique uma limitação funcional como deficiência, ela deve ser minoritária e ocorrer em uma área valorizada dentro da cultura em que o indivíduo vive. Por isso, a deficiência não é, de fato, apenas individual, mas uma condição que pode ser entendida como sociocultural.

De acordo com esses apontamentos, a deficiência é vista como “[...] um termo abrangente que engloba as deficiências, as limitações na atividade e as restrições na participação” (Fonseca, 2005, p. 24). Observa-se, assim, uma tendência a adotar uma visão mais positiva da deficiência e a reconhecer a responsabilidade da sociedade em seu enfrentamento.

Até esse ponto, essa visão parece suficientemente ampla, pois envolve não apenas a pessoa, mas também a sociedade de modo geral. No entanto, de acordo com Galvão (2016), é importante destacar que ainda se associa a deficiência exclusivamente à insuficiência física, à limitação funcional. De certa forma, a deficiência continua sendo vinculada às limitações sociais decorrentes de um problema de saúde do indivíduo. Nessa perspectiva, ela é entendida como resultado da interação entre o estado de saúde e os fatores contextuais. Por isso, considera-se que essa visão social da deficiência ainda é limitada, pois se aplica apenas às limitações sociais decorrentes de problemas de saúde.

No contexto brasileiro atual, essa compreensão foi ampliada com a adoção do modelo biopsicossocial, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, que define a deficiência a partir da interação entre impedimentos e barreiras sociais, reforçando que não se trata apenas de uma condição individual, mas também do meio em que o sujeito está inserido.

Assim, dentro do termo deficiência, existe uma delimitação clara da população, sendo atribuída apenas àquelas pessoas que apresentam uma condição de saúde que compromete seu desempenho social. O que foi exposto até aqui leva a alguns questionamentos: pode-se considerar que um sujeito com dificuldades no processo de aprendizagem seja uma pessoa com deficiência? As dificuldades de aprendizagem podem ser consideradas parte dessa categoria da Educação Especial? Para responder a essas questões, é necessário, antes, analisar alguns aspectos importantes relacionados ao uso do próprio termo dificuldades de aprendizagem.

4 AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UM RÓTULO CONTROVERSO

Como já foi exposto, fica claro que qualquer “rótulo” que se suponha como um subtipo da deficiência deve ser considerado a partir da possibilidade de que seja, exclusivamente, resultado de uma insuficiência de saúde que gere limitações em determinadas atividades e restrinja a participação social do indivíduo. Em consequência, rótulos como: retardo mental, deficiência visual, deficiência auditiva, costumam ser considerados como categorias da deficiência.

No caso das dificuldades de aprendizagem, a tradição científica tem assumido principalmente a ideia de que elas são resultado de um problema de saúde do indivíduo que afeta a capacidade de adquirir conhecimentos e, conseqüentemente, de se desenvolver de forma efetiva em contextos acadêmicos. Por isso, também passam a ser consideradas como uma classe particular de deficiência (Coll; Marchesi; Palacios, 2024).

No entanto, é importante destacar que o desenvolvimento do campo das dificuldades de aprendizagem tem se caracterizado, desde o seu início, por ser um conjunto desestruturado de argumentos contraditórios” (Sassaki, 2020). Nesse sentido, “[...] questiona-se tanto a delimitação da população que pode ser considerada com dificuldades de aprendizagem, quanto a delimitação de suas manifestações centrais ou, até mesmo, sua própria natureza”

(Santos, 2020, p. 56).

Dessa forma, para Fonseca (2005), no campo das dificuldades de aprendizagem não há respostas simples. Existem pontos de vista controversos, ambivalências, imprecisões e uma total falta de consenso sobre questões básicas.

Nas palavras de Santos (2020), isso ocorre, principalmente, porque a própria denominação dificuldades de aprendizagem, apesar de ter sido amplamente utilizada, apresenta características que geraram grandes debates e controvérsias do ponto de vista teórico. Embora seja verdade que a adoção desse termo tenha aberto, nos momentos iniciais do campo, uma visão mais otimista sobre a população que apresentava problemas no desenvolvimento acadêmico, atualmente não existe consenso quanto à sua interpretação, uso e implicações práticas. Em vez de se tornar mais precisa ao longo do tempo, essa denominação foi se tornando cada vez mais ampla e indefinida, ou seja, assumindo um caráter mais polêmico e inacabado.

Nesse sentido, ao se realizar uma análise mais aprofundada sobre o rótulo “dificuldades de aprendizagem”, percebe-se que ele não é apenas inadequado, mas também que as condições que procura reunir não podem ser consideradas, em sua totalidade, como algum tipo de deficiência (Glat; Blanco, 2017). Portanto, torna-se necessário concentrar a análise nas principais características pelas quais esse conceito tem sido alvo de críticas.

5 A DIVERSIDADE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Na maioria das definições existentes sobre as dificuldades de aprendizagem, encontram-se construções linguísticas que revelam uma imprecisão quanto à essência do fenômeno que se busca especificar. Algumas das definições de maior influência internacional utilizam expressões como as seguintes destacadas por Mantoan (2019, p. 32):

Atraso, transtorno ou desenvolvimento atrasado em um ou mais processos da fala, linguagem, leitura, escrita, aritmética ou outras áreas escolares.

Termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações que se manifestam por dificuldades significativas.
Incluem condições que têm sido consideradas como deficiências perceptivas, lesões cerebrais, disfunção cerebral mínima, dislexia e afasia evolutiva.
Um ou mais déficits significativos nos processos essenciais de aprendizagem.
Impedimento psicológico ou neurológico para a linguagem falada ou escrita, ou para a conduta cognitiva, perceptiva ou motora (Mantoan, 2019, p. 32).

Como se observa, as imprecisões são frequentes quando se tenta utilizar um único rótulo para abranger as diferenças que surgem, principalmente, no contexto escolar. Parece que são listadas todas aquelas condições fora da norma que são “observáveis” nesse ambiente e que não possuem outra denominação que as agrupe de forma mais adequada.

Essas imprecisões têm sido justificadas com base na ideia de “heterogeneidade” das manifestações dos alunos que apresentam rendimento acadêmico fora da “normalidade” esperada no contexto escolar. Em outras palavras, nessa perspectiva, passam a fazer parte de um mesmo conjunto diferentes manifestações, em diferentes áreas acadêmicas e com causas variadas e não determinadas, que dificultam a homogeneização da população escolar (Sasaki, 2020).

Fica evidente, assim, que professores, psicólogos, médicos e outros estudiosos têm tentado, por meio do termo “dificuldades de aprendizagem”, reunir em uma única construção teórica a diversidade humana que se manifesta em formas de aprendizagem que se afastam do padrão esperado pelo contexto educacional. Essa postura leva à ideia de que as dificuldades de aprendizagem constituem um transtorno simples, com múltiplas manifestações.

Mantoan (2019, p. 26) afirma que “[...] os problemas de aprendizagem não constituem uma única condição de incapacidade com um conjunto de características facilmente definíveis” (s/p). A autora destaca que foi identificada uma maior variedade de problemas dentro das categorias estabelecidas das dificuldades de aprendizagem do que entre os alunos considerados com aprendizagem normal.

De acordo com Santos (2020), também se tem justificado a criação desse rótulo como

uma forma de reunir essas manifestações com o objetivo de oferecer serviços especializados para sua atenção. No entanto, esses serviços acabam evidenciando as imprecisões mencionadas, pois apresentam uma variabilidade tão grande em seu público que dificulta a realização de ações realmente eficazes no atendimento pedagógico especializado.

Para Glat e Blanco (2017), outro problema decorrente dessa forma de classificação é que a população identificada com dificuldades de aprendizagem tende a ser muito maior do que as demais populações consideradas “especiais”, o que faz com que os serviços destinados a esse grupo sejam sempre insuficientes. Isso se torna um desafio para a própria gestão educacional, que vê seus esforços serem sobrecarregados ao tentar oferecer um atendimento especializado adequado.

Dessa forma, fica evidente que a heterogeneidade das manifestações reunidas nessa categoria é um dos principais obstáculos para que haja um consenso em torno do uso do rótulo dificuldades de aprendizagem como definição das problemáticas apresentadas pelos estudantes no processo de aprendizagem escolar.

6 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO A PARTIR DE CRITÉRIOS POUCO CONFIÁVEIS

De acordo com Galvão (2016), na Educação Especial, tradicionalmente, o diagnóstico diferencial tem desempenhado um papel importante na tomada de decisões sobre o tipo de serviço e a modalidade de atendimento destinada a cada sujeito. Dessa forma, as definições de cada tipo de “necessidade especial” precisam apresentar elementos que permitam diferenciá-las da população considerada “normal” e dos demais grupos “especiais”, com o objetivo de manter um controle administrativo sobre os serviços oferecidos no atendimento pedagógico especializado.

No caso das dificuldades de aprendizagem, a situação de heterogeneidade e o tamanho da população já mencionados exigem ainda mais o uso de critérios de diferenciação. Nesse

sentido, as definições de dificuldades de aprendizagem têm se baseado principalmente em três critérios: (a) a redução das dificuldades de aprendizagem às tarefas escolares, (b) a discrepância entre o desempenho real e o quociente de inteligência (QI) e (c) a exclusão de outras “deficiências” (Santos, 2020). No entanto, esses critérios têm sido amplamente questionados ao longo do tempo por diferentes razões, que serão discutidas a seguir.

6.1 CRITÉRIOS QUE SE REFEREM ÀS TAREFAS ACADÊMICAS

A maioria das definições aponta um conjunto de áreas escolares específicas (principalmente leitura, escrita e cálculo) nas quais as dificuldades de aprendizagem se manifestam. Dessa forma, essas manifestações acabam sendo reduzidas ao ambiente escolar. Essa ideia parte do pressuposto de que é possível “detectar” dificuldades de aprendizagem quando o processo ocorre em contextos formais (Beyer, 2018).

Esse pressuposto, no entanto, tem sido alvo de críticas. Principalmente, questiona-se o fato de se tratar de um critério de natureza administrativa, no qual são consideradas apenas as limitações do sistema para determinar a existência dessa problemática (Mantoan, 2019).

Critica-se, assim, que as definições levam em conta apenas a população que está ao alcance dos serviços oferecidos pelo sistema educacional, deixando de lado aqueles que podem apresentar dificuldades para aprender, mas que não tiveram acesso à educação formal. Além disso, fica evidente que essa delimitação da população atende, sobretudo, à necessidade de manter um número controlável de indivíduos dentro do sistema educacional formal para atendimento pelos serviços disponíveis (Cunha, 2015).

Surge, então, a primeira contradição da etiqueta dificuldades de aprendizagem: reconhece-se, de forma informal, que existem dificuldades para aprender também em contextos fora da escola, mas a tradição da Educação Especial concentra sua atenção apenas nas manifestações que ocorrem em sala de aula, pois são essas que podem ser atendidas do ponto de vista administrativo (Coll; Marchesi; Palacios, 2024).

6.2 CRITÉRIO DE DISCREPÂNCIA

Tradicionalmente, a identificação das dificuldades de aprendizagem tem sido centrada no que se denomina “discrepância aptidão-desempenho”. Esse elemento definidor baseia-se na suposição de que um sujeito com dificuldades de aprendizagem possui capacidades de aprendizagem “normais” e, ainda assim, apresenta um nível de desempenho escolar que não corresponde às expectativas que podem ser formuladas a seu respeito. O critério tradicional para determinar essa discrepância é dado por um elemento estatístico bastante conhecido: o quociente de inteligência (QI). A partir dessa perspectiva, a classificação como dificuldades de aprendizagem só ocorreria quando, comprovada uma capacidade de aprendizagem dentro dos padrões considerados normais (QI “normal”), o indivíduo apresenta um rendimento escolar abaixo do esperado (Beyer, 2018).

A partir disso, surgem dois problemas principais. O primeiro está relacionado às já discutidas limitações dos testes psicométricos de inteligência para a realização do diagnóstico diferencial. Ao longo do tempo, tornou-se evidente que a quantificação da inteligência por meio do quociente de inteligência tem sido utilizada para justificar desigualdades a partir da ideia de que seria considerado “normal”. Diversos autores, com base em evidências empíricas, questionam a validade de utilizar esse critério para diferenciar as dificuldades de aprendizagem (Coll; Marchesi; Palacios, 2024).

O segundo problema diz respeito à dificuldade de determinar níveis de desempenho esperados para cada idade ou série escolar. Em diferentes países, foram desenvolvidas tentativas de utilizar “medidas objetivas” para esse fim, mas elas enfrentaram limitações decorrentes da complexidade dos sistemas educacionais, sendo questionadas quanto à validade, confiabilidade, padronização e margem de erro. Atualmente, o rendimento escolar é entendido como um fenômeno social, o que explica a dificuldade de submetê-lo a padrões fixos (Coll; Marchesi; Palacios, 2024). Nesse contexto, as relações entre inteligência, cultura e desempenho também passam a ser questionadas no uso de padrões para medir o rendimento

escolar.

Galvão *et al* (2016) destacam ainda que não existem, em nenhum país, testes padronizados com validade e confiabilidade para todas as áreas das dificuldades de aprendizagem, o que torna sua avaliação bastante complexa.

Essas críticas levaram à proposta de outras soluções de base estatística para determinar os níveis de discrepância, porém o uso dessas fórmulas também recebeu diversas críticas. De modo geral, sustenta-se que a complexidade das dificuldades de aprendizagem não pode ser reduzida a fórmulas estatísticas simples.

6.3 CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

Segundo Cunha (2015), outra das características das diferentes definições das dificuldades de aprendizagem é que, embora se reconheça a ocorrência conjunta entre dificuldades de aprendizagem e outras “deficiências”, como deficiências sensoriais, transtornos emocionais, retardo mental ou privação sociocultural, essas condições não são consideradas causas aceitáveis para o diagnóstico. Assim, admite-se que todas elas podem gerar dificuldades de aprendizagem, mas não são classificadas como tal.

Esse critério tem sido um dos mais criticados, conforme expõe Galvão *et al* (2016, p. 46):

Sob esses pressupostos, determinar quando um sujeito tem ou não dificuldades de aprendizagem exige habilidades diagnósticas quase heroicas, pois implica: (a) identificar se existem outras deficiências, (b) verificar se há relação de causa e efeito entre elas e, sobretudo, (c) estabelecer qual delas é a causa da outra (Galvão *et al*, 2016, p. 46).

Aponta-se ainda uma curiosa contradição: essas condições excluídas costumam ser justamente as mais citadas como causas das dificuldades de aprendizagem. Excluí-las significaria admitir que “[...] a capacidade de aprender constitui um comportamento independente que pode ser alterado também de forma independente” (Glat; Blanco, 2017, p.

18). Por isso, essa exclusão teórica torna-se difícil de sustentar na prática.

Também entra em cena o fator administrativo no uso dessa classificação: torna-se necessário excluir outros grupos que podem apresentar dificuldades de aprendizagem, devido às limitações na criação e manutenção dos serviços da Educação Especial tradicional. Além disso, há questionamentos importantes sobre a inadequação de excluir o retardo mental e a privação sociocultural dessa definição. No primeiro caso, isso ocorre pelo uso de critérios arbitrários nas decisões para identificar o retardo mental e as dificuldades de aprendizagem; no segundo, pelas dificuldades em separar o ambiente sociocultural do risco de surgimento de problemas de aprendizagem (Oliveira, 2021).

A análise apresentada até aqui sobre a falta de confiabilidade na delimitação da população com dificuldades de aprendizagem ajuda a explicar a pouca consistência na caracterização dos grupos atendidos pelos serviços da área, além do aumento da demanda por atendimento.

Até o momento, todas as definições de dificuldades de aprendizagem são generalizações descritivas vagas, que tendem a enfatizar mais o que uma dificuldade de aprendizagem ‘não é’, ao mesmo tempo em que não conseguem oferecer critérios operacionais que permitam definir o que ela ‘é’ e identificar sua presença. Como consequência dessa imprecisão, surgiram novos problemas, como: a) dificuldades para interpretar e generalizar pesquisas que utilizam amostras de sujeitos com dificuldades de aprendizagem; b) dificuldades para avaliar a eficácia de intervenções voltadas à melhoria do desempenho desses alunos; c) dificuldades para reduzir o número de falsos positivos que recebem atendimento especializado; e d) confusão entre os profissionais quanto à direção futura do campo” (Coll; Marchesi; Palacios, 2024, . 32).

Dessa forma, é possível compreender que a inadequação do termo “dificuldades de aprendizagem” decorre da impossibilidade de reunir, de forma confiável e válida, em uma única categoria teórica, todas as condições de aprendizagem que não atendem às expectativas do sistema escolar atual. Fica evidente que as interferências no processo de aprendizagem escolar apresentam uma diversidade tão grande que torna praticamente impossível agrupá-las sob uma única denominação.

Como proposta alternativa, atualmente surge uma perspectiva que busca compreender as dificuldades de aprendizagem de forma mais ampla, em uma escala contínua de desenvolvimento, na qual são incluídos todos os problemas que podem surgir no processo de apropriação dos conhecimentos socialmente construídos, sendo então denominados necessidades educacionais especiais (NEE) (Oliveira, 2021). Isso, no entanto, abre espaço para novas discussões, especialmente sobre a necessidade de construir outro conceito teórico que consiga categorizar de maneira mais adequada essas condições do aprendizado humano, o que ainda representa um desafio a ser enfrentado.

7 AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA DEFICIÊNCIA?

A análise realizada conduz novamente aos pontos iniciais deste trabalho: qual é a relação entre os termos “dificuldades de aprendizagem” e “deficiência”? A partir da perspectiva atual de definição das dificuldades de aprendizagem, elas podem ser consideradas uma deficiência?

Após a análise anterior, percebe-se que as respostas para essas questões podem não ser aquelas tradicionalmente aceitas. A relação entre esses dois termos não é tão clara como se tem apresentado no campo da Educação Especial.

Cunha (2015) explica que no contexto brasileiro, alguns autores têm buscado destacar uma diferença importante entre dificuldades de aprendizagem e deficiência, argumentando que o termo não corresponde a uma tradução literal do inglês “*learning disabilities*” (“deficiências de aprendizagem”). No entanto, isso teve pouco impacto, pois ainda é comum considerar as dificuldades de aprendizagem como relacionadas a “transtornos” de saúde do indivíduo. Além disso, mesmo reconhecendo que as causas dessas dificuldades podem ser variadas, frequentemente elas são associadas a algum componente de saúde (como processos sensoriais), que resultaria em um “transtorno” capaz de desviar o processo de aprendizagem do padrão esperado.

Para Fonseca (2005), ao aprofundar essa discussão, torna-se difícil sustentar que as chamadas dificuldades de aprendizagem constituem uma categoria da deficiência, já que esse termo se mostra pouco eficiente, do ponto de vista teórico, para agrupar condições humanas dentro de uma categoria tão bem delimitada como a deficiência.

Conforme Oliveira (2021), a heterogeneidade da população envolvida e as dificuldades no diagnóstico diferencial levam a considerar que aquilo que tem sido tratado como uma classe da deficiência pode, na verdade, representar um fenômeno humano mais amplo. Nessa perspectiva, é possível pensar que a relação entre esses conceitos seja inversa: a deficiência passaria a ser compreendida como uma categoria dentro do que hoje se denomina dificuldades de aprendizagem, caso não se adote outra terminologia.

Aprofundando esse possível novo entendimento, pode-se supor que, dentro da diversidade de indivíduos que apresentam dificuldades para adquirir conhecimentos em diferentes contextos sociais, estão incluídas aquelas pessoas que, por possuírem alguma limitação funcional, são consideradas pessoas com deficiência. Em outras palavras, pessoas com deficiência podem, assim como qualquer outro indivíduo, apresentar limitações no processo de aprendizagem que podem ser classificadas como dificuldades de aprendizagem, o que impede sua exclusão dessa definição (Glat; Blanco, 2007).

8 CONCLUSÃO

A revisão apresentada conduz, necessariamente, à abertura de novos espaços de discussão no campo da atenção à diversidade humana. Dessa forma, surge uma nova perspectiva que implica a revisão dos fundamentos teóricos da Educação Especial atual.

Torna-se necessária uma evolução das concepções que até então vêm sendo adotadas sobre as pessoas com necessidades especiais no contexto escolar, bem como sobre o papel do atendimento educacional especializado.

Fica claro que a análise desenvolvida ao longo deste artigo não responde a todas as questões que ainda permanecem em debate sobre as dificuldades de aprendizagem. No entanto, abre caminhos para novas discussões sobre um dos temas centrais da Educação Especial e contribui para o desenvolvimento das concepções teóricas presentes nesse campo. Com isso, a sociedade passa a reconhecer, de forma mais efetiva, sua responsabilidade no pleno desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais.

Retomando o objetivo proposto, foi possível compreender que a relação entre deficiência e dificuldades de aprendizagem não é tão simples quanto se costuma apresentar. Ao longo do estudo, observou-se que tratar esses conceitos como equivalentes pode gerar interpretações equivocadas e práticas que não contribuem para uma educação mais inclusiva. Nesse sentido, torna-se importante repensar essas categorias, buscando uma compreensão mais adequada à realidade educacional brasileira.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o que indica a necessidade de novos estudos, especialmente de caráter empírico, que possam aprofundar essa discussão na prática escolar. Além disso, sugere-se que futuras pesquisas investiguem estratégias pedagógicas que considerem a diversidade dos alunos, contribuindo para uma atuação mais eficaz no contexto da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. 4. ed. Porto Alegre:

Artmed, 2024.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

FONSECA, Vítor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GALVÃO, Nelma Cássia Silva Sandes et al. (org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2016.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 3. ed. São Paulo: Moderna, 2019.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação especial**: formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Cortez, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção social da diferença**: inclusão e diversidade. São Paulo: Cortez, 2020.